

Boemia romantizada, perspectivas silenciadas

Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro¹

Romanticized bohemia, silenced perspectives

Bohemia romantizada, perspectivas silenciadas

Resumo

Com base em resultados de pesquisa interdisciplinar, fundamentada no método da história oral, este artigo propõe ampliar a compreensão acerca do passado de meretrício e de boemia em Diamantina (MG), tendo como marco espacial o Beco do Mota nas décadas de 1950 e 1960. Os resultados das entrevistas com pessoas que tiveram alguma relação com esse lugar apontam para perspectivas que concorrem, em certa medida, com o discurso hegemônico vigente à época, documentado em textos de jornal. A inclusão dessas novas perspectivas cria possibilidades para o questionamento do imaginário coletivo sobre esse espaço urbano, bem como para tensionar narrativas no que concerne aos sujeitos que o tornaram real.

Palavras-chave: *Beco do Mota; História oral; Memórias; Meretrício; Diamantina.*

Abstract

Based on research developed in an interdisciplinary nature and using the oral history method, this article proposes to expand the understanding of the past of prostitution and bohemia in Diamantina (MG), having the Beco do Mota as a spatial landmark in the 1950s and 1960s. Based on interviews with people who had some relationship with the aforementioned place,

¹ Doutoranda em Antropologia na Universidade de Brasília-UnB. Mestrado em Ciências Humanas, licenciada em Geografia e bacharel em Humanidades pela Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: dasbarcellos@gmail.com

perspectives are presented that compete, to some extent, with the hegemonic discourse at the time, documented in newspaper texts. The inclusion of these new perspectives creates possibilities to question the collective imagination regarding this urban space, as well as to tension narratives regarding the subjects that made it real.

Keywords: *Beco do Mota; Oral History; Memoirs; Red-light District; Diamantina.*

Resumen

Basado en una investigación desarrollada en un enfoque interdisciplinario y utilizando el método de la historia oral, este artículo se propone ampliar la comprensión del pasado de la prostitución y la bohemia en Diamantina (MG), teniendo el Beco do Mota como hito espacial en las décadas de 1950 y 1960. Basado sobre entrevistas a personas que tuvieran alguna relación con el mencionado lugar, se presentan perspectivas que compiten, en cierta medida, con el discurso hegemónico vigente en la época, documentado en textos periodísticos. La inclusión de estas nuevas miradas abre posibilidades para cuestionar el imaginario colectivo en torno a este espacio urbano, así como para tensionar narrativas en torno de los sujetos que lo hicieron real.

Palabras clave: *Beco do Mota; Historia oral; Memorias; Meretricio; Diamantina.*

Notas introdutórias

Este artigo é um dos resultados de pesquisa interdisciplinar, cujas análises incidem sobre as duas últimas décadas de existência de um espaço urbano que foi reduto de boemia e de meretrício na cidade de Diamantina (MG), do final do século XIX até a década de 1960. Foram analisados textos do jornal *Voz de Diamantina* e depoimentos orais. Ambas as fontes ganharam status de legitimidade, graças aos avanços epistemológicos da Escola dos *Annales* (1929), mas só foram realmente incorporadas aos estudos historiográficos a partir da década de 1970.

A definição do recorte temporal – as duas últimas décadas de ocorrência do meretrício no Beco do Mota (1950-1960) – se deu em função da maior possibilidade de encontrar interlocutores que pudessem relatar memórias referentes à temática. Já o recorte espacial se correlaciona com as discussões a respeito da prostituição, fundando-se, também, no incômodo da pesquisadora com interpretações que romantizam a boemia nesse local e, ao mesmo tempo, produzem um apagamento da história das trabalhadoras sexuais que deram vida e sentido ao famoso beco.

Para estabelecer o panorama de um discurso hegemônico materializado em textos de jornais, fortemente influenciado por valores da Igreja Católica, foram consultados exemplares digitalizados do periódico *Voz de Diamantina*, publicados no período proposto para a pesquisa, de 1950 a 1969. Com base no pensamento de Gramsci (1999), entende-se como discurso hegemônico aquele que se sobrepõe a outros e que assume status de verdade, de modo a estabelecer senso comum sobre a realidade.

O intuito deste texto é contribuir para a ampliação dos debates quanto à presença explícita da prostituição nos últimos anos do Beco do Mota e trazer à tona elementos para sua maior compreensão. Pretende-se, portanto, explorar interpretações concorrentes com os registros escritos sobre a

complexa relação entre essas mulheres e a sociedade num passado recente de Diamantina, por meio de relatos e memórias sobre prostitutas e o cotidiano do meretrício, coletados com base no método da história oral.

Diamantina e o Beco do Mota – um pouco da história dos lugares

Diamantina, cidade setecentista, foi fundada em função da exploração aurífera pela Coroa portuguesa, sendo que a descoberta das jazidas de diamantes deu continuidade à tradição garimpeira na região. A estreita e constante relação com a Coroa, bem como a disponibilidade de riqueza mineral, contribuiu para que a história diamantinense fosse marcada por influências europeias e, também, fosse receptora de novidades dos processos de modernização, como a forte presença da imprensa escrita. No âmbito cultural, destaca-se a formação de elites, que se distinguiam não somente pelos hábitos herdados e pela projeção dos costumes europeus, mas também pela distinção e pelas desigualdades sociais, reforçadas, sobretudo, pelas práticas escravagistas inerentes à época e ao contexto da mineração.

Outro aspecto que se destaca na história diamantinense é o momento de fortalecimento da Igreja Católica, em meados do século XIX, bem como a sinalização de suas pretensões formativas na e para a cidade (GOODWIN JUNIOR, 2007; MARTINS, 2001). O caráter pedagógico da igreja se fazia presente, desde então, nas instituições eclesiais, educacionais, nos projetos sociais e de desenvolvimento, bem como na vigilância dos costumes. Também se faz pertinente pontuar o flerte da igreja com a imprensa, como parte integrante desta empreitada de condução moral da sociedade (GOODWIN JUNIOR, 2007).

O espaço urbano conhecido como Beco do Mota passou a abrigar bordéis, bares, casas de teúdas e manteúdas etc., a partir do final do século XIX

Este espaço urbano compõe o conjunto arquitetônico do centro da cidade, tombado como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1938, e reconhecido como patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1999. Na atualidade, o complexo de becos abriga estabelecimentos comerciais variados, como lojas, restaurantes, lanchonetes e bares, além de repartições públicas e algumas moradias. O local permanece conhecido por seu passado de meretrício, tratado de maneira romantizada, com exaltação à boemia e aos boêmios.

Faz-se necessário, porém, elucidar que as décadas de 1950 e 1960 em Diamantina se caracterizam, especialmente, pela repressão moral e política em uma sociedade predominantemente conservadora e patriarcal. Tal contexto tornava tensas as relações estabelecidas com o cenário de prostituição, localizado no coração da cidade. Os registros existentes em jornais locais apontam para um duro discurso higienista, respaldado pela Igreja Católica e pelo poder público. Entretanto, contradições entre prostituição e instituições e, até mesmo, entre prostituição e sociedades são registradas ao longo da história (ENGEL, 2004; FEDERICI, 2017; RAGO, 2014; ROBERTS, 1998), o que também se faz presente no contexto diamantinense.

O discurso hegemônico

Há uma lacuna nas informações historiográficas a respeito do Beco do Mota em Diamantina, precisamente nas décadas de 1950 e 1960. As fontes jornalísticas serão aqui consideradas como documentos privilegiados, no que tange ao esforço de estabelecer um panorama discursivo hegemônico. Tânia Regina de Luca (2015, p. 139) destaca que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. Neste sentido, é fundamental considerar um importante alerta de Lapuente (2016): o que está escrito no jornal nem sempre é um relato fidedigno, pois o conteúdo dos periódicos reflete, muitas

vezes, as relações de poder intrínsecas a seus processos de produção e reprodução. Ainda assim, admite-se que a imprensa é, como defendido por Goodwin Junior (2007), importante fonte de observação de realidades sociais localizadas, mas é preciso adotar uma atitude criticamente posicionada quanto ao contexto de elaboração e veiculação dos periódicos.

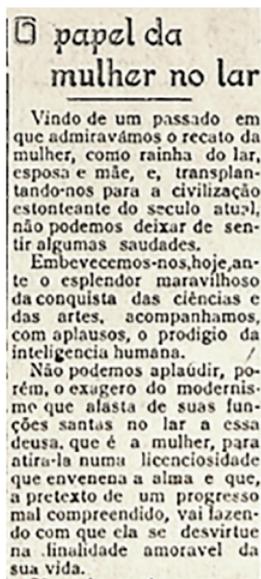
Desta feita, é possível afirmar que os conteúdos analisados dos exemplares do jornal *Voz de Diamantina*, nas décadas de 1950 e 1960, permitem observar características do discurso hegemônico presente na sociedade diamantinense, norteador do imaginário coletivo local. Numa sociedade religiosa e conservadora, com uma tradicional elite letrada, da qual faziam parte mulheres alfabetizadas, os jornais informavam, entretinham, exortavam e vigiavam. O *Voz de Diamantina*, especialmente vinculado à Igreja Católica, era um importante agente dessa empreitada de condução moral da sociedade, que zelava pelos costumes tradicionais, sobretudo, no que diz respeito ao universo feminino. O caráter ideológico desse discurso pode ser observado, principalmente, em textos que se ocupavam da exaltação do modelo patriarcal de organização social e da família nuclear, cujo êxito dependia diretamente da rigidez da conduta da mulher-mãe, como exemplificado nos recortes a seguir:

Imagem 2 – Publicação veiculada em 10 de agosto de 1952.

Minhas Tiras	
<p>O mundo enganador arma, cada dia, novas ciladas contra as pessoas incautas e, principalmente, contra as moçinhas pobres.</p> <p>Com essa educação moderna de hoje, essas incautas cristãs se expõem a uma fogueira de males que as atrainem à infelicidade, porque há homens que parecem ter perdido, por completo, a noção do dever, e, por isso, desprezitam esses ornamentos da sociedade, que são as donzelas cristãs.</p> <p>É a desgraça de muitas moçinhas vêm desses escuros e lugares desertos e solitários, que frequentam, sempre ao lado do garçom de rapina, em vez de se conservarem no seio de seus lares, entregues ao trabalho honrado e ao amor de seus deveres.</p> <p>O trabalho é uma verdadeira potência na conservação dos costumes, na prática das virtudes.</p> <p>Os trabalhos domésticos elevam e dignificam a mulher. A mulher ociosa é um verdadeiro perigo, é um fardo pesadíssimo para o lar.</p>	<p>A mulher é verdadeiramente grande, quando se acha em sua casa, cuidando de todos os afazeres, conforme as suas condições sociais.</p> <p>Póde haver quadro mais belo que uma moçinha honrada, trabalhando em sua choupana? Haverá na vida alguma coisa mais respeitável?</p> <p>As labutas quotidianas do lar devem constituir a sua principal delícia.</p> <p>Os hábitos de conversas pelas portas, esquinas, muros e capistranas, precisam ser riscados dos costumes diamantinenses.</p> <p>Procurem as moçinhas pobres evitar essas festas, esses bailes inconvenientes do hoje; fugir de passeios em lugares suspeitos e perigosos, principalmente, à noite distanciar-se de tudo aquilo que prejudicar possa a sua reputação, o seu bom nome.</p> <p>Não se esqueçam nunca do que o mundo inteiro não vale a honra da moça mais pobre que exista.</p> <p>O lema—Deus, pátria, honra e trabalho, deve ser sempre o distintivo de toda mulher honrada, de toda mulher de bom.</p> <p style="text-align: right;">XISTO RES,</p>

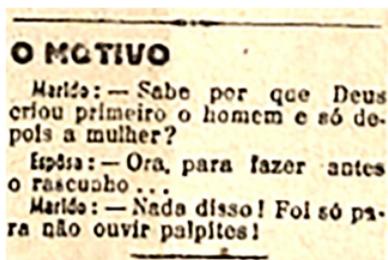
Fonte: *Voz de Diamantina* (1952).

Imagem 3 – Publicação veiculada em 08 de março de 1953.



Fonte: *Voz de Diamantina* (1953).

Imagem 4 – Publicação veiculada em 02 de outubro de 1960.



Fonte: *Voz de Diamantina* (1960).

O modelo de feminilidade, calcado na imagem de mulher casada, sujeita ao marido e mãe pura, devotada e sacralizada, que deveria ser objetivo de toda mulher, conferia status de decência e honestidade, além de aceitação social. Esse padrão, discutido por Roberts (1998), Rago (2014), Federici (2017), Leite (1992, 2009), Prada (2018) e Engel (2004), serviu historicamente de justificativa para classificar dicotomicamente as mulheres como boas/más, puras/impuras, santas/putas, honestas/desonestas, recatadas/vadias etc. Os discursos do jornal *Voz de Diamantina*, por meio do reforço da distinção

entre meretrizes e esposas, também se apresentam como materialização da permanência desta prática na cidade:

Para a reforma da sociedade é absolutamente necessaria a extirpação do divorcio, do adulterio, da frustração das finalidades básicas do matrimonio. Ora, para se chegar a isso, não ha outro meio senão incomodar pelas sonoridades austeras do evangelho os adúlteros, os divorciados, os amancebados, os desavergonhados que têm a “matriz” do lar na rua tal nº tal e as “filiais” indecentes do Bêco do Mota ou noutra rua tal nº tal. (VOZ DE DIAMANTINA, 1950b)

A alcunha de filial indecente, atribuída às prostitutas do Beco do Mota, se contrapunha ao qualificador matriz, direcionado às esposas legítimas, o que corrobora com o padrão dicotômico que tornava as mulheres aptas ou não ao reconhecimento social. Diante do discurso do ideal de feminilidade, as ideias de promiscuidade, pecado, degradação humana, criminalidade, doenças sexualmente transmissíveis, vulgaridade eram correlacionadas à prostituição (MARTINS, 2014). Além disso, o trecho acima mostra que, na realidade diamantinense, a defesa da família nuclear chamava cada ator social a assumir suas respectivas responsabilidades.

Neste sentido, o discurso religioso reforçava, também, a importância de a mulher se manter como cuidadora do lar e de não abrir mão da maternidade, como se pode observar nas seguintes linhas: “como reconduzir a mulher á nobreza sublime do seu papel de esposa e de mãe, sem lhe pintar ao vivo o crime das que se negam ao cumprimento dos seus deveres de esposa e aos imperativos das suas obrigações de mãe?” (VOZ DE DIAMANTINA, 1950b). Entretanto, ao mesmo tempo em que se cobrava das mulheres casadas a maternidade compulsória, uma intrínseca inabilidade maternal era atribuída às prostitutas. Com base no exemplo da Virgem Maria, a maternidade deveria ser sagrada e fruto de casamentos cristãos, de modo que a mãe fosse submissa ao seu esposo e totalmente dedicada ao lar e à família. Diante disso,

a desqualificação das prostitutas, especialmente daquelas que tinham filhos, era quase automática. E não somente sobre elas, mas também sobre seus rebentos recaía o estigma do pecado, da impureza, da inadequação social.

Uma vez imputadas tais características às prostitutas e aos seus descendentes, práticas que visavam salvar aquelas crianças de suas mães e do espaço de meretrício também passavam a fazer parte do processo de moralização da sociedade:

A Sociedade Beneficente S. Francisco, tendo à frente o Capitão João Julio Costa, idealizou a Construção de um Asilo nesta Cidade, com a finalidade de recolher as menores que vivem na zona boemia, na mais triste promiscuidade, afastando-as daquele meio pernicioso e proporcionando-lhes sadia educação. (VOZ DE DIAMANTINA, 1959)

Naturalmente, afastar as creanças daquele meio, dando-lhes um ambiente mais propício a sua formação. [...] Em primeiro lugar, encerra dois problemas: o da creanca que desejamos recuperar e o da Mãe. Infelizmente, é regra quase geral não haver linhas convergentes entre eles, pelo contrário. (VOZ DE DIAMANTINA, 1965)

Naquele ambiente, cenas de violência por parte da polícia, dos cafetões ou, até mesmo, entre as prostitutas eram comuns, além de toda uma atmosfera libidinosa, característica desse contexto. Segundo a concepção moral da sociedade, aquelas crianças precisavam ser recolhidas dali e afastadas de suas mães. Para tanto, foram construídos asilos para recolhimento dos menores que viviam no Beco do Mota. Instituições de caridade, a exemplo da Escola Profissional Irmã Luzia (EPIL), fundada em 1911, também funcionavam como centros de recolhimento e formação de jovens em vulnerabilidade social.

Outro aspecto registrado nos jornais é a repulsa social conferida ao espaço do Beco do Mota, em função do meretrício. Alguns trechos ilustram o modo como as elites diamantinenses se posicionavam:

De sabado para domingo, á hora, justamente, que o bronze da nossa Catedral anuncia a Missa Matinal, pais de familia, pessoas de responsabilidade reclamam sérias providencias da nossa digna autoridade contra casos escandalosos que se teem praticado no coração da cidade [...]. Justamente á hora em que as famílias de Diamantina procuram o templo, para assistir á santa missa, não é possivel que se permitam essas algasarras infernais, perturbadoras do socêgo publico, assim como que se reproduzam as cenas escandalosas que ali foram praticadas por meretrizes, o que nos vexam relatar. Ao dr. Antonio Felicio da Silva, nosso digno Delegado Adjunto, solicitamos suas providencias. (VOZ DE DIAMANTINA, 1950a)

A reclamação, em tom de denúncia, demonstra verdadeiro incômodo, em função da localização geográfica do Beco do Mota: exatamente em frente à Catedral da Sé, bem no centro da cidade. A proximidade entre a Catedral e a zona de meretrício se destaca como um fator que exaltava os ânimos da sociedade.

O jornal também era utilizado como instrumento de cobranças às autoridades, posto que fazia ecoar a voz da população:

Em Diamantina, nem uma meia dúzia de casas populares ao menos conseguimos, até hoje, para um bairro urbano. Que não se constrúa Arranhas-Céu, mas ao menos arranhas-Inferno, para sanear aquele centro do Bêco do Mota, vulgo Alecrim... (VOZ DE DIAMANTINA, 1954b)

Cabe destacar a analogia religiosa presente no jogo de palavras “Arranhas-Céu”, que se referia ao advento dos grandes edifícios, e “arranhas-Inferno”, que fazia alusão ao pecado capital da luxúria presente no beco.

Nem mesmo o filho mais ilustre de Diamantina, Juscelino Kubitschek (1902-1976), uma figura política conhecida nacionalmente por seus mandatos como

governador de Minas Gerais (1951-1955) e presidente do Brasil (1956-1961), escapava dos apelos da população:

Em uma reunião de diamantinenses falava-se e comentava-se sobre o interesse que desde os primeiros dias de seu governo tem o Dr. Juscelino Kubitschek demonstrado em trazer benefícios a Diamantina com extraordinários melhoramentos que estão á vista de todos [...]. Se nos fôsse dado opinar, fariamos, como de resto o fariam muitos diamantinenses, as seguintes sugestões para o debate e para que as mesmas fossem levadas á apreciação do Sr. Governador: 1º) Construção de casas populares em zona suburbana para a remoção do meretricio do centro da Cidade. 2º) Diamantina, cidade sem praças ajardinadas, aproveitaria a área do Beco do Mota para construção de uma com jardim, fonte luminosa e pèrgula para um conjunto musical. (VOZ DE DIAMANTINA, 1954a)

Destaca-se, novamente, o desejo de remoção das mulheres do beco para que o lugar pudesse ser modificado, de maneira que parecesse adequado à ordem social. Meses depois, o apelo popular ao governador se repetiu: “Diamantina, ha velhos longos anos, possui, no seu centro uma zona encravada, pestilenta que só por um milagre, podia desaparecer; mas por milagre humano que só o dr. Juscelino pôde fazer. – Onde está ela, leitor, amigo?” (VOZ DE DIAMANTINA, 1954c). Nos termos de hoje, a gentrificação do espaço urbano, travestida de revitalização, deveria materializar a instauração da tão desejada moralidade no centro da cidade.

Em certo momento do período aqui analisado, movimentos de apoio que precederam o Golpe Militar (1964-1985) aconteceram em Diamantina, assim como no restante do Brasil, orientados por valores que reivindicavam, entre outros, a defesa da moralidade, da família e dos bons costumes. O regime reprimia violentamente qualquer movimento social organizado que defendesse direitos democráticos e liberdades públicas. Direitos individuais

também ficaram profundamente comprometidos e, do ponto de vista da liberdade de expressão de grupos progressistas e libertários, prostituição e homossexualidade passaram a ser consideradas transgressões absolutas à moralização institucionalizada pela ditadura. Diante disto, esses grupos passaram a ser duramente reprimidos por uma polícia que teve seus poderes reforçados pelo regime vigente (BRASIL, 2014b; LEITE, 1992; 2009).

Nesta conjuntura, a presença significativa de um importante integrante do movimento Família, Tradição e Propriedade no bispado de Diamantina, Dom Sigaud, recrudescia o desejo das elites e da sociedade conservadora de extirpar do centro da cidade um local considerado como antro de pecado, doença e pouca-vergonha. Tal empreitada ganhou novos aliados investidos de liberdade para agir, como as delegacias de polícia, que tiveram sua autoridade reforçada pelo regime militar. Deste modo, a cruzada moral, antes predominante no discurso, começou, de fato, a ser articulada.

Às vésperas da assinatura do Ato Institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968, o qual recrudescia a repressão militar e visava combater atos considerados subversivos, que contrariassem a ditadura (BRASIL, 2014a), a zona de meretrício no Beco do Mota começou a ser desmantelada. Conforme Lucca (2015), os jornais podem assumir o papel de difusores de propagandas políticas favoráveis a regimes ditatoriais. No trecho a seguir, tanto a notícia em si quanto a linguagem, repleta de sentido ideológico, confirmam esta instrumentalização dos periódicos:

Mereceu destaque especial, durante a semana, a iniciativa de nossas autoridades policiais de extirpar do coração da cidade aquele cancro que tanto a desfigurara. Se as autoridades conseguirem arrancar dali a zona do meretrício, prestarão um dos maiores benefícios à cidade e poderão contar com o apoio e a gratidão das pessoas de bem. (VOZ DE DIAMANTINA, 1968a)

Cabe mencionar que no livro *Hilda Furacão*, que combina romance, ficção e autobiografia, Roberto Drummond (1991) descreve semelhante situação na

região da rua Guaicurus, no centro de Belo Horizonte, na década de 1960. No caso da capital mineira, a associação entre alguns políticos, Igreja Católica e certos grupos sociais, como a Liga de Defesa da Moral e dos Bons Costumes (DRUMMOND, 1991), defendia a remoção da zona de meretrício para um local na periferia, bem longe do centro, denominado Cidade das Camélias.

Ainda segundo Drummond (1991), a elite da capital era favorável à remoção das zonas boêmias centrais para as periferias e os jornais davam amplo espaço para a divulgação de tal projeto. Isto confirma que os acontecimentos desenrolados em Belo Horizonte e Diamantina não eram uma coincidência, mas sim parte de um processo de repressão moral institucionalizada pelo governo militar, que acontecia em diferentes lugares do país. Tal tipo de prática repressiva também é relatado nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014a, 2014b).

Fato é que a estrutura física do Beco do Mota não foi destruída, mas o tão desejado desmantelamento do meretrício se concretizou. O que se desejava e empreendia era unicamente eliminar a presença daquelas mulheres e de seus filhos, assim como qualquer vestígio de que ali passaram parte de suas vidas, com a finalidade de estabelecer outro tipo de função para aquele espaço central da cidade.

Enquanto isso, a sociedade se manifestava satisfeita:

Na Bateia. E a operação desocupação da zona boemia do centro da cidade, continuava com aquela mesma tônica, firme, vigorosa, sem arbitrariedades. As nossas autoridades estão de parabéns. Conseguiram solucionar um problema que até então parecia insolúvel. Merecem os aplausos e o apoio de tôdas as pessoas de bem. Não se pode admitir que uma pessoa sensata, de bom senso e honesta possa ser contra uma medida como esta. (VOZ DE DIAMANTINA, 1968c)

É interessante observar neste trecho a afirmação de que não havia arbitrariedades na ação de desocupação da zona de meretrício. Todavia,

é questionável a perspectiva de ação pacificadora em qualquer ato de desocupação, uma vez que não se trata, necessariamente, de violência física. Neste caso, cabe pontuar a recorrente violência simbólica – nos termos de Bourdieu (2017), a violência suave, insensível, invisível – vivenciada pelas meretrizes, seja nos discursos desqualificadores diretos, seja nos indiretos, que exaltavam o modelo de feminilidade e maternidade no qual elas não se enquadravam. A consequência material desse processo de violência simbólica foi a retirada compulsória das mulheres e de seus filhos da zona boêmia.

O tom de pacificação impresso ao dismantelamento do meretrício também era alimentado por notas de lamento em função dos fatos. O próprio prefeito se manifestou, em comunicado público:

Correio da Prefeitura. O prefeito informa. SOLIDÃO NO BECO DO ALECRIM. Morreu o Beco do Mota. Mudaram-se os seus tradicionais moradores. E, assim, muito breve, haverá uma natural transformação na fisionomia Urbana da cidade. A própria situação precária das casas de nossa zona boêmia, muito contribuiu para a sua extinção. [...] Quando por ali passamos, numa dessas tardes, com a sombra da noite já envolvendo a cidade, sentimos que uma outra sombra de tristeza começava também a envolver a atual solidão da ex zona alegre da cidade. (VOZ DE DIAMANTINA, 1968b)

A manifestação de tristeza e solidão pelo fim da mais famosa zona da cidade, classificada no texto como alegre, faz parte da atmosfera que prenunciava a romantização do que existiu ali até então. Quanto às prostitutas, que faziam o Beco do Mota ser o que era, quanto a suas vidas, histórias, trajetórias, descendentes, nenhuma menção. O que se pode perceber é que um segundo imaginário social coletivo, permeado pela alegria da boemia que pairava sobre a zona, prescindia da existência das meretrizes. Considera-se que este seja outro aspecto da violência simbólica sofrida por essas mulheres, posto que elas permaneceram marginalizadas, criminalizadas e invisibilizadas ao

longo do tempo, a despeito do tipo de imagem saudosista que se construiu sobre a zona boêmia do Beco do Mota após seu fim.

Vozes amplificadas, perspectivas concorrentes

Segundo Verena Alberti (2015, p. 163), “durante muito tempo, desde a perspectiva predominante do século XIX, a História preconizou o escrito em detrimento do oral”. Como uma das consequências dessa hierarquização, pode-se considerar a baixa ocorrência de registros e visões de mundo que se manifestam por meio de narrativas orais, mas isto não significa, necessariamente, que estas estejam fadadas ao esquecimento. Sob a égide de consensos contemporâneos que admitem depoimentos como fontes históricas legítimas, torna-se possível, por meio de estudos que utilizam a história oral, registrar “múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (ALBERTI, 2015, p. 164). Assim, entende-se que tratar o passado por uma via única de análise e considerá-lo como algo cristalizado faz com que se privilegie determinada perspectiva em detrimento de outra, que pode apresentar diferentes possibilidades, ou passados, nos termos de Thompson (2002).

Num esforço de jogar luz sobre outros passados, os relatos orais a serem apresentados neste tópico são tomados como documentos pertinentes para tensionar narrativas hegemônicas sobre o Beco do Mota, nos idos de 1950 e 1960. A distância temporal entre o período estudado e a contemporaneidade se constituiu em desafio quanto à identificação de interlocutores, uma vez que a maioria das mulheres que trabalharam como prostitutas no local já havia falecido ou se mudado da cidade. Mesmo que se soubesse de algumas poucas que ainda residiam em Diamantina, os melindres que cercam a temática da prostituição em uma cidade do interior mineiro, associados ao estigma que paira sobre os sujeitos, foi um fator dificultador de acesso direto

a essas mulheres. Mas tais obstáculos não impediram que se realizassem coletas e análises de testemunhos relevantes para outras compreensões a respeito do passado. Foi adotada, então, a estratégia de entrevistar homens e mulheres que estiveram e/ou estão, de alguma maneira, próximos a mulheres que participaram do contexto da “zona boêmia”. Compreende-se que isto não desmerece o âmbito qualitativo do trabalho, até porque um elemento inesperado foi somado à pesquisa de campo: um filho de ex-prostituta como interlocutor. Seus relatos de experiência propiciaram a importante temática da maternidade na prostituição, a qual ganhou espaço e se destacou nas presentes análises e reflexões.

As entrevistas aconteceram entre março e novembro de 2018, com duas mulheres e dois homens. Para assegurar a preservação de suas identidades, foram utilizados codinomes. Trata-se de Carlos, profissional da medicina; Sônia, amiga de uma ex-prostituta; Lia, descendente em segundo grau de um médico que prestava assistência às prostitutas; e José, descendente direto de uma ex-prostituta. Tratados predominantemente como memórias marginais, ou seja, concorrentes com os discursos dos jornais, seus relatos propõem ampliar o debate sobre esse marco espacial do passado diamantinense e, principalmente, provocar reflexões e novos olhares para essas mulheres e suas crias, posto que o estigma da prostituição recai sobre eles como (des) qualificador, tornando secundários ou irrelevantes quaisquer outros aspectos de suas vidas.

De acordo com Martins (2014), os caminhos que instalavam compulsoriamente mulheres na vida do meretrício diamantinense revelam a forte associação de qualquer tipo de sexualidade desviante da moral vigente à perda total de dignidade. Alguns entrevistados relataram situações que apontam para alguns dos motivos que conduziam mulheres para o meretrício:

Ela disse que teve eu com 16 anos. Ela sofreu muito. Ela diz que sofreu muito. Pai sofreu muito. Mãe é pra matar. Eu

vi. Ele pegou mãe, eu tava brincando assim perto do canteiro. Aí ele andando com mãe lá, chegou com ela pra beirada do barranco e jogou ela lá, lá embaixo. [...] Aí depois que mãe apareceu toda cortada. Saiu sangue assim. Eu lembro direitinho, olha procê ver... 3 anos, mais ou menos. [...] Aí ela teve que saltar a janela, pegou uma trouxinha de roupa assim, saltamos a janela, aí fomo andando. Acho que eu andei de cavalo até no trem de ferro [...]. Aí nós chegamos aqui. (JOSÉ, 2018)

Quando diz “aí nós chegamos aqui”, o entrevistado se refere à chegada dele e de sua mãe ao Beco do Mota. A violência doméstica, vivenciada em uma zona rural, fez com que a mulher abandonasse o lar e esposo. Os fatos apontam para um contexto social em que uma mulher que deixasse ou fosse deixada por seu companheiro não era respeitada, o que demonstra que o status de dignidade feminina dependia da tutela de um marido. Ouviu-se de outra pessoa entrevistada:

[...] ela só caiu nesta vida porque a família dela era muito pobre e ela, criança ainda, foi ajudar na casa d'um garimpeiro, que era patrão do pai dela. Então esse garimpeiro punha ela pra lavar roupa, arrumar casa lá pra ele e tudo, e ela ficava lá. E aí ele começou a abusar dela. Ela era criança. E aí ele ficou muito tempo com ela. Depois eu acho que ele ficou com medo de alguém descobrir tudo, porque ele tava abusando dela e ela era de menor... e ele desapareceu. [...] ela foi pra Belo Horizonte, ficou uns tempos em Belo Horizonte e ela não tinha onde ficar que eu acho que os pais num queriam ela mais dend'casa. Porque descobriram o abuso do homem e que ela não deu alarme nenhum, não falou nada com eles, então naquele tempo o povo era muito severo, né? Não aceitaram ela dend'casa. Ela pegou e ficou de “deu em deu”, né, como diz... [...] muitas pessoas caem na vida por falta de opção. Por pobreza, por os pais não aceitarem [...] não tinha ninguém por ela! Não tinha dinheiro, não tinha emprego, não tinha

estudo. Não tinha nada! Então o único recurso foi essa prima dar pra ela o abrigo, com esta condição d'ela morar lá. (SÔNIA, 2018)

O “lá”, onde a mulher foi morar, é o Beco do Mota. Não bastasse ser violentada sexualmente por um homem adulto que era patrão do pai, foi rejeitada pela própria família, quando foram descobertas as violações que ela sofrera. Sem qualificação profissional e escolarização, segundo a própria depoente, não restou nada à sua conhecida, senão se prostituir. Esses dois exemplos mostram que os valores vigentes de família nuclear (recato, pudor e pureza feminina) eram condicionantes da dignidade feminina. Uma mulher que abandonasse o lar, independente dos motivos, ou uma jovem que fosse considerada “perdida” estariam socialmente condenadas. Uma vez inseridas no meretrício, elas eram destituídas de qualquer possibilidade de dignidade futura, bem como do direito ao escrutínio das circunstâncias e violências que as conduziram à prostituição.

Como já demonstrado, a maternidade nos moldes da família nuclear também fazia parte do padrão de feminilidade sacralizada, ao mesmo tempo em que a incapacidade para a maternidade era imputada às meretrizes, ainda que pudessem parir. No entanto, muitas crianças viveram com suas mães no Beco do Mota (MARTINS, 2014); as fontes orais, além de confirmarem esse fato, contêm menções às relações entre prostitutas e seus filhos:

A maioria com uma relação maternal muito profunda que a gente sentia. Noutras não. A gente notava um certo desprezo pela criança e tal... às vezes até agressivas com os filhos, mas eram poucas. Mas a maioria eram verdadeiras mães, que cuidavam. (CARLOS, 2018)

Carlos, médico pediatra, afirmou que sua presença era frequentemente solicitada pelas mães do Beco do Mota. Para além de seu testemunho acerca da presença de vínculo maternal profundo, que desconstrói a ideia de inabilidade maternal das prostitutas, ele enfatizou que o fato de sempre

recorrerem a ele era uma prova do zelo que elas tinham com seus filhos. Entretanto, ele também menciona mães que desprezavam suas crias.

Martins (2014) aponta que a precariedade material e a insegurança, típicas das condições do meretrício, costumavam deixar as mulheres expostas à violência física por parte de policiais e clientes. Por outro lado, esse ambiente de vulnerabilidade proporcionava a criação de laços de solidariedade, afeto e auxílio material mútuo. Apesar da possibilidade de existência ou ausência de vínculos entre mães e filhos, essa dinâmica de solidariedade no cotidiano do Beco do Mota proporcionava a construção de relações entre prostitutas e crianças para além da maternidade – o que é corroborado por José, filho de ex-prostituta:

Eu era menino. Tinha 3 ou 4 anos. Aí, comecei a ter amizade... quem eu gostava muito lá e no caso eu dormia muito com ela... Ela era prostituta e ela morava lá no São Paulo. E ela ficava me contando história... que morava em São Paulo perto da casa de Mazzaropi. Em São Paulo! [...] Mazzaropi cê sabe quem foi ele... Então ela gostava de mim demais... Cê sabe... eu podia chegar lá e dormir junto com ela. Eu tinha quatro anos, assim... (JOSÉ, 2018)

Enquanto uma prostituta estava trabalhando, outra se disponibilizava para cuidar de seu filho. O vínculo entre esse menino e a mulher, que não era sua mãe, era forte a ponto de ele sentir que devia tomar conta dela, de alguma maneira:

Eu brincava no quintal... um homem puxava o cabelo dela e ia pro banheiro, tava arregaçando ela lá, não tinha ninguém pra socorrer. E eu fiquei assim, chorando, tremendo. Depois saiu do banheiro. Eu vi sangue lá. Aí eu vi a turma na porta: “que foi isso aí, menino?” “- ele aí tá batendo nela!”, eu falei. Na hora que eu cheguei da porta ele tava chegando lá na esquina e chamando a turma pra bater, pra brigar também. Não sei se pegou. Porque eu não entendia nada esse negócio

de polícia. [...] Ela ficou muito machucada e eu que tive que chamar todo mundo. Se eu não chamasse ela tinha morrido. Por isso que ela gostava de mim. (JOSÉ, 2018)

Desde já, é importante salientar que não se pretende defender o ambiente de meretrício como espaço adequado à infância. Mas o cuidado e o carinho entre José e a prostituta, que não era sua mãe, desafiavam noções que insistem em associar a “zona boêmia” exclusivamente ao erotismo e à promiscuidade.

Ainda no que diz respeito a violências impetradas contra as meretrizes, donos de bares se mantinham atentos, num contexto de autoritarismo policial, e intervinham quando necessário. José (2018) relata que testemunhou muitas situações em que policiais agrediam mulheres e os donos de bares intervinham em favor delas. Apesar da existência de conflitos corriqueiros entre estes comerciantes e prostitutas, especialmente quanto a acertos de contas de consumo (MARTINS, 2014), laços de solidariedade também integravam seus vínculos cotidianos.

Sônia também relatou que sua amiga morou com uma filha e um filho no Beco do Mota. O menino era filho de um homem comprometido, mas que largou a família para ficar com a meretriz: “[...] ele tirou ela de lá e pôs uma casa pra ela, aonde foi criar essa menina e o filho dele, que já tava grandinho, uns três anos mais ou menos. Aí ele separou da esposa e tirou ela do Beco” (SÔNIA, 2018). Enquanto viveram no beco, as crianças eram muito bem cuidadas, segundo a entrevistada. Ela também relatou que a menina, que era mais velha, “frequentava escola, fazia catequese, fez primeira comunhão, tudo direitinho” (SÔNIA, 2018). Ainda que a relação maternal testemunhada por Sônia contrarie a noção de que a prostituta não pode ser uma boa mãe, cabe chamar atenção para a ênfase na conformidade com o padrão hegemônico, no que tange à educação da menina, sobretudo quanto às questões religiosas.

Mas a inserção dessas crianças em espaços sociais, como escola e igreja, não significava, necessariamente, uma aceitação social. Monique Prada, cortesã contemporânea que já é mãe e avó, defende enfaticamente que:

É certo que há lógicas vigentes no trabalho sexual e na vida das mulheres que o exercem que fogem da lógica convencional das vidas e das relações, mas nada de outro mundo, nada que nos torne verdadeiramente pessoas moralmente incapazes de zelar pelos nossos. Ainda assim, o fantasma da condenação moral nos assombra noite e dia, tornando ainda mais complexa essa função de cuidá-los, sustentá-los, educá-los evitando que o preconceito lhes cause danos irreversíveis. (PRADA, 2017, s. p.)

Prada (2017) fala sobre o tempo presente, no contexto do cotidiano de uma cidade grande, com incontáveis diferenças socioculturais em relação à época discutida. Mas a autora chama a atenção para o estigma da prostituição, o qual reverbera, de maneira ainda mais perversa, sobre filhas e filhos de prostitutas: “Sendo a vida dos filhos de putas tema fortemente presente no imaginário das pessoas que não cobram por sexo, o estigma de contato atinge a essas crianças de modo bastante violento, e isto é algo que precisa ser combatido” (PRADA, 2017, s. p.). Esse estigma de contato parece atemporal e, no caso de crianças do Beco do Mota, se manifestava de diversas maneiras em seu cotidiano. Um relato chamou atenção em função do tipo de consequência que um discurso desqualificador pode produzir:

[...] sei de um caso também [...] uns meninos que brincavam juntos, a mãe viajou... e então eles estavam em casa só com a moça que trabalhava lá e ela fez café... quando ela fez café o J. chegou. [...] O J. era filho de mãe do Beco e morava no Beco, mas ele brincava na rua com os outros meninos. Mas não podia tomar café na caneca, porque a caneca era dos meninos da casa, né? Então... quê que ele fez: tinha acabado de coar o café, ele fez assim, abriu a garrafa térmica e falou assim “abre a boca, J.” e virou. O J. bateu a mão na garrafa... o café quente caiu nele e queimou ele todo... gente, isso foi uma confusão. Porque aí a mãe do J. achou ruim e foi atrás dessa senhora mãe dos meninos, que nem tava sabendo,

que ela tava viajando. Houve um entendimento depois entre as duas [...] mas a mãe dos meninos que não eram do beco teve que cuidar, mandar fazer curativo e cuidar da queimadura e tal... então o negócio era pesado... (LIA, 2018)

Era inconcebível que um menino morador do beco colocasse sua boca na mesma caneca que seria, posteriormente, levada à boca de algum menino da sociedade. Ainda que a entrevistada tenha dito que houve o entendimento de que o ocorrido era coisa de criança, é importante refletir sobre a situação. Virar o café quente na boca de J. pode ter sido uma estratégia de outra criança, ou coisa de criança, para que aquele menino não ficasse sem tomar café, como todos os outros. Mas qual a origem da regra de que todas as crianças presentes, exceto J., poderiam utilizar canecas? Vale (2012) entende que, em crianças, noções valorativas advêm da coação social exercida por adultos, os quais representam autoridade, de modo que não há, necessariamente, assimilação dos juízos morais por parte dos pequenos. Deste modo, as ações das crianças consistem em repetição ou reprodução de comportamentos e noções dos adultos.

Depoimentos de José também confirmam a reprodução de comportamentos preconceituosos por parte de crianças:

Fui pra escola, mas só que lá na escola eu fui muito odiado... porque eu era filho de prostituta, né? [...] Colega... família... não queria ficar junto lá na escola. A família falava assim: “ó... não vai ficar junto com isso [...] é filho de mulher de zona!”. (JOSÉ, 2018)

Apesar de ser um homem já sexagenário, a memória de José sobre essa fase de sua infância atesta o quanto era odiado por outras crianças e como isso ocorria em função de ele ser filho de “mulher de zona”. É válido observar que ele não fez referência a si mesmo como “menino do Beco”, termo mencionado por Lia (2018), o qual era usado pejorativamente.

Já Carlos, ao ser perguntado sobre a relação da sociedade com as crianças que moravam no beco, respondeu:

Criança é sempre criança, né? Seja filho de quem for, é criança. De um modo geral, em Diamantina, a sociedade era muito solidária com crianças de rua e tudo mais... não hostilizavam não, né?! Naquela época, as crianças trabalhavam na prefeitura, com um ferrinho. Naquela época era normal o trabalho infantil, sabe? E era uma forma de colocar essas criancinhas mais marginalizadas com um ofício [...] não havia preconceito assim contra crianças por elas serem originárias do Beco do Mota. (CARLOS, 2018)

Este relato não pode ser entendido como uma memória marginal, mas sim como uma memória que guarda consonância com as concepções hegemônicas da época. Rousso (2006, p. 94) assinala que a memória “é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”. Destarte, é imprescindível ao pesquisador refletir sobre os contextos em que as memórias são produzidas (ALBERTI, 2015; PORTELLI, 2016) e, ao mesmo tempo, atentar para que as elaborações pessoais dos entrevistados não sejam necessariamente tomadas em seu valor absoluto. De acordo com Carvalho (2016), a memória pode ser compreendida como uma construção do presente para o passado e é fruto não apenas da percepção do depoente, mas de seu trânsito contextual ao longo do tempo e das reformulações acerca daquilo que ele relata. Diante disto, entende-se que não houve ressignificação do passado por parte de Carlos quanto às contradições entre solidariedade social e exploração do trabalho infantil. A coação das crianças ao trabalho não foi percebida pelo depoente como uma violência oriunda de preconceito, posto que apenas as crianças marginalizadas exerciam aquele tipo de atividade.

Segundo Alberti (2015), é papel do entrevistador reconhecer aquilo que influencia um relato oral. Entende-se que a posição social do depoente, tanto

no passado quanto no presente, é um indicativo de que existe uma intenção de demonstrar as qualidades da elite diamantinense da qual ele fazia e faz parte, de modo que a confirmação da existência de preconceito por parte desse grupo não se afinaria com uma postura de defesa. Não obstante, este último depoimento de Carlos contrasta com a realidade vivida e contada por José:

Fui pro asilo velho. [...] lá que eu sofri muito. Eu, com 6 anos, comecei a capinar tudo ali. [...] Fiquei lá de 6, 7 até 13 [...] No EPIL eu fiquei 11 meses só. [...] Do asilo velho pra lá, acho que eu tava 13 anos. Saí com 14. [...] No EPIL eu ficava plantando grama lá. Tinha nada! Não tinha marcenaria, não tinha nada! Nem mesa direito não tinha. Nós é que fazia. Eu fazia mesa com cadeira. (JOSÉ, 2018)

O relato de José demonstra que o processo de “acolhimento” empreendido pela sociedade tratava as crianças retiradas de suas mães no Beco do Mota de maneira distinta das outras crianças. Sobre as crianças advindas do beco, pesava, desde cedo, a ideia de trazerem consigo marcas indissociáveis de marginalidade, além de se imputar a elas a necessidade, quase que imediata, de se tornarem pessoas aptas a algum tipo de trabalho útil. Quando José recorda do sofrimento na infância em suas memórias, ele se refere ao afastamento compulsório da mãe, ao trabalho infantil a que foi sujeitado e ao ódio vivenciado em espaços sociais, como a escola. Tais marcas externadas em seu discurso mostram que a sociedade que recolhia, sob o pretexto de amparar, não supria as demandas emocionais daquelas crianças, além de colocar em xeque o discurso de sociedade diamantinense solidária, sustentado por Carlos.

A saída de José da EPIL, onde foi recolhido quando adolescente, se deu à época da extinção do meretrício no Beco do Mota. Sua mãe havia arranjado um companheiro, com quem passariam a viver. E José testemunhou a expulsão da mãe e das outras prostitutas da zona no centro da cidade:

Lembro que eu só vi o caminhão pegando os trem lá, os móveis. [...] Todo mundo indo lá pro Rio Grande, lá pra cima, o Glória. Lá tinha rancho de capim. Aqui não tinha essas casas assim não. [...] Fizemos um barraco ali. Ficamos 6 anos sem luz, 6 anos sem esgoto, água. [...] aqui era mato, cheio de carrapato e gabioba. (JOSÉ, 2018)

Este depoimento demonstra que não ocorreu a construção de casas populares para extirpar a “zona pestilenta” da área central, como era aclamado nas páginas do jornal *Voz de Diamantina*. As mulheres expulsas das casas e cabarés foram entregues à própria sorte e se abrigaram em áreas periféricas da cidade. Os ranchos mencionados por José eram moradias precárias. Ainda que ele não narre a violência desse processo, a expulsão do local e o abandono das mulheres e crianças não podem ser compreendidos de outra maneira, senão, como uma violência. Mas o depoente Carlos apresenta, novamente, outro tipo de narrativa sobre o desmantelamento do Beco do Mota:

Então, na época, foi na época do arcebispo Dom Sigaud, como prefeito doutor Silvio Felício, e o juiz de direito, o doutor Paulo Viana Gonçalves, que resolveram fechar o Beco do Mota. Mas foi da forma mais democrática possível. Totalmente sem violência. Então cê vê que as mulheres, o quê que arranjavam pra sobreviver? [...] Acabou o Beco do Mota. E foi da maneira mais pacífica possível, não teve agressão a ninguém, a única agressão que teve é cortar a liberdade dos homens de entrar. (risos). E as mulheres ficaram sem a freguesia pra ganhar a vida. (CARLOS, 2018)

A afirmação de não violência na ação e a ideia implícita, que reduz a violência à agressão física, minimizam circunstâncias e fatos. Como o próprio depoente afirmou, o desmantelamento do beco foi uma ação conjunta do poder público, da polícia e da Igreja Católica. Diante do contexto de repressão da época e, especialmente, com a menção à figura de Dom Sigaud, um braço

eclesial da ditadura militar em Minas Gerais, não é possível dissociar tal ação do que preconizava a ditadura civil-militar: repreensão de qualquer coisa que subvertesse a ordem. Apesar do relato de que as mulheres ficaram sem freguesia para ganhar a vida, o depoente enfatiza a dimensão pacífica da ação. Assim como nos textos de jornal que diziam da tristeza após o fim do meretrício, a frase “a única agressão que teve é cortar a liberdade dos homens de entrar” confirma a ideia de que paira sobre a história do Beco do Mota a leitura romantizada da boemia, além de se manter, ao longo do tempo, o processo simbólico de violência contra as mulheres e seus filhos, diante da negligência de suas visões e narrativas a respeito do que existiu, realmente, naquele espaço.

A romantização da boemia diamantinense, com foco no Beco do Mota, é um fato. A projeção nacional do local se firmou quando Milton Nascimento (1942-...) e Fernando Brant (1946-2015), integrantes do Clube da Esquina, um grupo de músicos, compositores e letristas surgido na década de 1960 em Belo Horizonte, poetizaram e musicaram a história do beco com uma canção homônima. A música *Beco do Mota* traz metáforas que se referem à liberdade coibida no local, além de tratar do sagrado e do profano, em referência aos valores morais, historicamente pregados e impostos pela Igreja Católica, e da vida de luxúria das mulheres livres.

Por mais que o grupo Clube da Esquina seja também reconhecido por seu engajamento político, a essência desta música, quando lançada, não foi devidamente assimilada pela população. E o constructo social contemporâneo, que ainda prevalece a respeito do Beco do Mota, não é diferente, uma vez que remete ao saudosismo da boemia, havendo pouca ou nenhuma ênfase à existência de meretrizes que deram vida e sentido ao local.

Alessandro Portelli (2016) enfatiza que o método da história oral é um meio de amplificação de vozes, posto que estas prescindem de qualquer trabalho realizado. Distintamente da tradicional ideia de dar voz aos sujeitos, o

propósito do uso da história oral é, neste trabalho, possibilitar que estas vozes, tornadas fontes, ecoem em espaços mais amplos, ainda conforme Portelli (2016).

Considerações finais

A ideia de que não existe um passado único, mas passados, implica que diferentes olhares e percepções são imprescindíveis à compreensão da diversidade e pluralidade de pessoas e ideias que produzem socialmente os espaços e a própria história. Neste sentido, este trabalho traz resultados do empenho em compreender em que medida o discurso hegemônico e o imaginário coletivo a respeito do Beco do Mota, investigados em textos de jornal, são tensionados e contrastados pelas memórias apresentadas em narrativas orais. Trata-se de dois tipos de fontes que ganharam legitimidade e foram incorporadas aos estudos históricos muito recentemente, em função de um mesmo movimento epistemológico. Ainda que orientadas por relações de poder e norteadoras de significativas parcelas da opinião pública, as fontes jornalísticas são consideradas como integrantes do discurso hegemônico, enquanto as narrativas orais são admitidas como situadas à margem dos registros escritos. Para além disso, compreende-se que as fontes escritas utilizadas se constituíram em material previamente disponível, ao passo que as fontes orais precisaram ser produzidas como parte do processo da pesquisa. O entrecruzamento dessas duas fontes históricas não tem como objetivo estabelecer certa verdade, mas se apresenta como estratégia de tensionamento e compreensão de distintas perspectivas de um mesmo lugar situado temporalmente.

O espaço que abrigava o meretrício e a boemia, à época da análise, é ponto turístico obrigatório para quem visita a cidade histórica de Diamantina. Por um lado, ainda permanece uma atual atmosfera de romantização, que exalta o encantamento pelo homem boêmio e pelo ambiente musical sempre

festivo. Já por outro, as narrativas orais mostram que aquele foi um espaço cujos principais moradores – as prostitutas, junto a seus filhos e filhas – eram hostilizados e marginalizados por uma sociedade orientada pela moral rígida, fundamentada na religião e no patriarcado. Em outras palavras, para além da violência característica do ambiente de meretrício, o vínculo das mulheres e seus filhos com o Beco do Mota os tornava alvos da violência simbólica da sociedade que atribuía a si uma conduta cristã, solidária e complacente.

Observa-se um apagamento e silenciamento quanto às realidades cotidianas das prostitutas e suas proles no beco. Deste modo, a principal contribuição deste trabalho é a amplificação de narrativas e memórias externadas oralmente, as quais desafiam a romantização do tempo presente. Tais memórias trazem à tona, por exemplo, relatos a respeito de aspectos das vidas das prostitutas e seus filhos, que não condizem com o discurso hegemônico, como a refutada inabilidade maternal que a sociedade imputava àquelas mulheres e a questionável solidariedade da sociedade para com aquelas crianças. O que as fontes orais permitem questionar, também, é a ideia de a prostituta ser, a priori, desqualificada em relação à maternidade e de se apresentar como solução o afastamento das crianças da convivência com suas mães. Cabe, também, enfatizar que alguns relatos são condizentes com as noções hegemônicas, mas se pôde observar, mesmo nestes, certo cuidado para que fosse conferida a devida parcela de humanidade à realidade dos sujeitos participantes do contexto do meretrício.

É importante evidenciar que, apesar do contexto hostil de existência, essas mulheres e suas crias não eram totalmente destituídas de autonomia. No caso de algumas mulheres, ainda que compulsória, a prostituição não era um fim, mas um novo começo, que exigia novas estratégias e modos de lidar com a realidade, para poderem sobreviver e cuidar de seus descendentes. Essa resiliência demonstra que, de alguma maneira e em algum momento, se fazia necessário que tanto as mulheres quanto seus filhos tomassem as rédeas da própria vida.

O registro das memórias e narrativas apresentadas é um caminho para inseri-las e, conseqüentemente, amplificá-las na arena do debate acadêmico. Isto se constitui em possibilidade de ruptura do apagamento de um outro lado da história da prostituição no Beco do Mota. Para além da revisitação ao lugar, com novas elaborações a respeito deste passado, espera-se que esta leitura possa estimular novos olhares para as existências dos principais sujeitos históricos que o produziram.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 155-202.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 1. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 2. Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

CARLOS, médico pediatra que atendia às crianças descendentes de prostitutas no Beco do Mota. [Entrevista cedida a] Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro. Diamantina, 05 nov. 2018.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. *Colônia Santa Izabel: história e memória do isolamento compulsório de doentes de lepra*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

DRUMMOND, Roberto. *Hilda Furacão*. São Paulo: Siciliano, 1991.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GOODWIN JUNIOR, James William. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição – Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: v. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JOSÉ, filho de uma ex-prostituta do Beco do Mota. [Entrevista cedida a] Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro. Diamantina, 26 out. 2018.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. *Revista de História Bilros*, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, 2016. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938>. Acesso em: 15 out. 2021.

LEITE, Gabriela. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIA, descendente de um falecido médico que prestava atendimento gratuito às mulheres do Beco do Mota. [Entrevista cedida a] Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro. Diamantina, 14 mar. 2018.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-153.

MARTINS, Marcos Lobato. A “fraqueza da terra” e do rio e a força do moinho de moer gente: as transformações sociais no Vale do Jequitinhonha nas últimas três décadas. *Revista Cronos*, Pedro Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 55-82, jul. 2001.

MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRADA, Monique. O pior palavrão do mundo. *Mídia Ninja*, Rio de Janeiro, 11 maio 2017. Disponível em: <https://midianinja.org/moniqueprada/o-pior-palavrao-do-mundo/>. Acesso em: 15 maio 2021.

PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

ROBERTS, Nickie. *As prostitutas na história*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1998.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93-101.

SÔNIA, parente distante e amiga de uma ex-prostituta do Beco do Mota. [Entrevista cedida a] Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro. *Diamantina*, 27 abr. 2018.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. *História Oral*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 9-28, jun. 2002. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 15 maio 2021.

VALE, Liana Gama do. *Desenvolvimento moral: a generosidade relacionada à justiça e à gratidão sob a ótica das crianças*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VOZ DE DIAMANTINA. Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, *Diamantina*, ano 53, n. 15, 4 p., 11 jan. 1959.

VOZ DE DIAMANTINA. Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, *Diamantina*, ano 55, n. 1, 4 p., 02 out. 1960.

VOZ DE DIAMANTINA. Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, *Diamantina*, ano 60, n. 11, 4 p., 12 dez. 1965.

VOZ DE DIAMANTINA. Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, *Diamantina*, ano 63, n. 9, 4 p., 01 dez. 1968a.

VOZ DE DIAMANTINA. Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, *Diamantina*, ano 63, n. 10, 4 p., 06 dez. 1968b.

VOZ DE DIAMANTINA. Propriedade da Associação do Pão de Santo Antônio, Diamantina, ano 63, n. 12, 4 p., 22 dez. 1968c.

VOZ DE DIAMANTINA. Semanário independente protetor da “Obra do Pão de S. Antonio”, Diamantina, ano 44, n. 19, 4 p., 10 de ago. 1952.

VOZ DE DIAMANTINA. Semanário independente protetor da “Obra do Pão de S. Antonio”, Diamantina, ano 44, n. 49, 4 p., 08 mar. 1953.

VOZ DE DIAMANTINA. Semanário independente protetor da “Obra do Pão de S. Antonio”, Diamantina, ano 52, n. 01, 4 p., 04 abr. 1954a.

VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Semanário independente protetor da “Obra do Pão de S. Antonio”, Diamantina, ano 52, n. 05, 4 p., 02 maio 1954b.

VOZ DE DIAMANTINA. Semanário independente, protetor da “Obra do Pão de S. Antonio”, Diamantina, ano 52, n. 35, 4 p., 28 nov. 1954c.

VOZ DE DIAMANTINA. Semanário independente, registrado no Departamento de Imprensa e Propaganda, Diamantina, ano 42, n. 06, 4 p., 05 fev. 1950a.

VOZ DE DIAMANTINA. Semanário independente, registrado no Departamento de Imprensa e Propaganda, Diamantina, ano 42, n. 12, 4 p., 26 mar. 1950b.

Recebido em: 02 de setembro de 2021

Aprovado em: 26 de dezembro de 2021